

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO N° , DE 2007
(Do Sr. RICARDO TRIPOLI)

Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores Presidentes do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias da não manutenção da reserva legal em projetos do INCRA na Amazônia.

Senhor Presidente:

Requeiro que V. Exa., com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a presença dos Senhores Presidentes do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias da não manutenção da reserva legal em projetos do INCRA na Amazônia.

No Jornal da CBN de 26 de março de 2007, o comentarista Sérgio Abranches destacou que “(...) é uma história estarrecedora porque na verdade o governo anuncia que vai fazer uma área de proteção, rapidamente essa área começa a ser ocupada pelas pessoas que querem cultivar. Quando o governo anunciou que a área que fica no Pará, em Santarém o que o INCRA fez nos três meses do ano passado foi uma enorme quantidade de assentamentos com um programa chamado de desenvolvimento sustentável, só que tem o

seguinte: ele nunca funcionou, você conta nos dedos os programas de assentamento que são realmente sustentáveis. O INCRA já é responsável por uma parcela considerável de desmatamento na Amazônia; não obedece a regra de manter 80% de reservas (...) e mais: não dá à polícia florestal a delimitação precisa das áreas que está ocupando, isso significa duas coisas: 1º - Que o INCRA é um dos responsáveis por uma grande parte da pressão populacional na borda dessas unidades de conservação que o governo fez exatamente para proteger a Amazônia dos efeitos negativos de uma estrada como a BR-163. (...)

A realização da Audiência Pública que ora requeremos é de fundamental importância não apenas para o esclarecimento dos fatos como também para que esta Comissão possa contribuir com a solução dos graves problemas acima mencionados.

Sala das Comissões, em 26 de março de 2007.

Deputado **RICARDO TRIPOLI**
PSDB/SP